

**ACTA NÚMERO 24/09 DO EXECUTIVO**  
**REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2009**

-----Aos dezanove dias de Novembro de dois mil e nove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de JORGE HENRIQUE FERNANDES ALMEIDA, uma vez que o Sr. Presidente se encontra fora do Concelho, em representação do Município, e com a presença dos Srs. Vereadores, ELSA MARGARIDA MELO CORGA, MANUEL CORREIA MARQUES, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, CARLA JACINTA GARRUÇO ALMEIDA e BRITO ANTÓNIO RODRIGUES SALVADOR. -----

-----Esteve presente para a secretariar, ANA PALMIRA GASPAR ALBINO DE CAMPOS CRUZ. -----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. VICE-PRESIDENTE E SRS. VEREADORES** -----

----- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, principiou por usar da palavra o Sr. Vereador Manuel Marques para perguntar como está o processo de integração dos antigos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento na firma criada para esse efeito e qual tem sido a reacção do pessoal afecto a esses serviços face à eventualidade de prestar serviço nessa firma. -----

----- O Sr. Vice-Presidente deu informações pormenorizadas dos contactos que têm vindo a ser feitos e da situação em que se encontra o respectivo processo. -----

----- A seguir, usou da palavra a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Carla Jacinta para pedir esclarecimentos acerca do Projecto Águeda Solidária. O Sr. Vice-Presidente esclareceu que as candidaturas e selecção dos beneficiários decorrem de acordo com o Regulamento. -----

----- Continuando este ponto da Ordem de Trabalhos, os Srs. Vereadores Manuel Marques e Brito Salvador apelaram ao Sr. Vice-Presidente para que se ponderasse a alteração da hora das reuniões do Executivo Municipal, por forma a que prejudiquem, o mínimo possível, a sua vida profissional. -----

----- Continuando a sua intervenção, o Sr. Vereador Brito Salvador referiu-se ao

desemprego no concelho e perguntou se a Câmara tem noção de quantas firmas têm encerrado e do nº de pessoas desempregadas, com grandes problemas financeiros e se, porventura, a Câmara tem feito alguma coisa para ajudar esses agregados familiares em dificuldades. -----

----- O Sr. Vice-presidente deu conta dos apoios que a Câmara tem prestado às pessoas em dificuldades e realçou os trabalhos que as várias Instituições Particulares de Solidariedade Social existentes no concelho têm feito, com o apoio da Câmara, para minorar as dificuldades dos munícipes que perderam os seus postos de trabalho. -----

----- Continuando no assunto do encerramento de empresas e do desemprego, o Sr. Vereador João Clemente referiu as condições que a Câmara tem vindo a criar, com os Parques Industriais, para a instalação de novas indústrias no concelho, que, certamente, irão criar novos postos de trabalhos e contribuir para que o desemprego diminua. A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Jacinta questionou se já tinham sido realizadas todas as escrituras relativas aos terrenos, tendo o Sr. Vereador João Clemente esclarecido que já foi realizada a grande maioria das escrituras existindo contratos nos restantes casos. -----

----- Retomando o uso da palavra, o Sr. Vereador Brito Salvador fez várias considerações acerca do momento crítico por que está a passar o Recreio Desportivo de Águeda que não dignifica nem o clube nem o concelho. -----

----- Na sua opinião, acrescentou o mesmo Sr. Vereador, a Câmara deve repensar os critérios para atribuição de subsídios aos Clubes Desportivos por forma a que a que se privilegie o apoio às camadas jovens e na formação de dirigentes. -----

----- A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Elsa Corga deu conhecimento das iniciativas que a Câmara tem feito sobre esta matéria, nomeadamente na organização de workshop's, que têm sido pouco participadas, e, informou da preocupação da Câmara em privilegiar o apoio à formação e às camadas jovens.-----

-----Acrescentou a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Elsa Corga que a Câmara está a diligenciar uma análise jurídica do protocolo com o Recreio Desportivo de Águeda e que já se disponibilizou para apoiar a resolução do assunto, mas que têm certas limitações de actuação porque não se pode intrometer nos assuntos internos do clube. -----

-----O Sr. Vereador Brito Salvador, disse, ainda, a propósito do Recreio Desportivo de Águeda, que a Câmara tem toda a legitimidade para poder pressionar o clube a deixar jogar os jovens naquelas instalações porque elas são

da Câmara. -----

----- A concluir o assunto, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Elsa Corga convidou todos os presentes a darem sugestões no que se refere ao programa de apoio, se assim o entenderem. -----

----- **ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** -----

----- **SUA APROVAÇÃO** -----

----- Continuando os trabalhos foi aprovada e assinada a acta da reunião anterior, cuja leitura foi dispensada, uma vez que foi distribuída, em fotocópia, pelos Membros do Executivo. -----

----- **ACÇÃO SOCIAL** -----

----- **FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES** -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, depois de apreciar cada um deles, aprovar os Protocolos de fornecimento de refeições nos estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, a celebrar com as seguintes instituições: -----

----- OS PIONEIROS; -----

----- PATRONATO DA NOSSA SENHORA DAS DORES; -----

----- NINHO ACADÉMICO – COOPERATIVA DE ENSINO E CULTURA CRL; -

----- JUNTA DE FREGUESIA DE VALONGO DO VOUGA; -----

----- JUNTA DE FREGUESIA DE AGADÃO ; -----

----- INSTITUTO DUARTE DE LEMOS – ESTUDOS PARTICULARES DA TROFA; -----

----- CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE RECARDÃES; -----

----- CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA BORRALHA; -----

----- CENTRO DE APOIO SOCIAL E DE ANIMAÇÃO DE SEGADÃES; -----

----- ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE SERÉM -----

----- ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE ÓIS DA RIBEIRA; -----

----- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FERMENTELOS; -----

----- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ÁGUEDA; -----

----- ASSOCIAÇÃO BARROENSE DE RECREIO, CULTURA E ASSISTÊNCIA; -

----- JUNTA DE FREGUESIA DO PRÉSTIMO; -----

----- CENTRO SOCIAL DE BELAZAIMA DO CHÃO. -----

----- **SEGUNDA TRANCHE DOS AUXÍLIOS ECONÓMICOS PARA O ANO LECTIVO 2009/2010** -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir aos Agrupamentos

de Escolas do Concelho, no âmbito da Acção Social Escolar, a 2ª tranche dos auxílios económicos para o ano lectivo 2009/2010, no valor de 4.970,00 €, descritos na lista que foi presente e se encontra arquivada na aplicação informática, junto à Agenda desta reunião. -----

----- **PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO.** -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com informação que foi presente, emitida pela Divisão de Acção Social, Educação e Juventude, proceder à transferência da importância de 105.866,42€ para as entidade parceiras no programa de Actividades de Enriquecimento Curricular, nos termos da proposta que se encontra arquivada na aplicação informática, anexa á Agenda referente a esta Reunião. -----

----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **CEDÊNCIA DEFINITIVA DE INSTALAÇÕES** -----

----- Presente, a seguir, uma carta através da qual a Banda Alvareense, alegando a intenção de levar a efeito obras nas respectivas instalações, solicita que a Câmara lhes ceda a titulo definitivo, as instalação da antiga escola primária daquele lugar, entretanto desactivada. -----

----- Analisado o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade, alargar o prazo de cedência das instalações, mas por período a determinar posteriormente, com o acordo da Banda. Mais ficou deliberado que o assunto seria presente em futura reunião para decisão do prazo. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS** -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir os seguintes apoios financeiros: -----

----- À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA AMIGOS DA REDONDA – VALONGO DO VOUGA, para apoio para construção de sala de estar e biblioteca - 2.660.00€ .-----

----- À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE VALE DOMINGOS, para apoio à execução do Plano Anual – 2.070,00€. -----

-- AO CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO DE CRASTOVÃES – SECÇÃO CULTURAL, para apoio à realização de festival de Folclore – 480,00. -----

----- AO GINÁSIO CLUBE DE ÁGUEDA, para apoio à prova Centenária de Canoagem 1.730,00€ e para a Maxxis FIM International – Mundial 5.000,00€. -----

----- **ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS** -----

----- **REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA EM ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS** -

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, nomear, para representar o Município nos Órgãos Sociais das Associações que abaixo se discriminam, os seguintes elementos do Executivo: -----

-----ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS BAIRRADA / VOUGA – O Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores João Carlos Gomes Clemente e Brito Salvador.

----- ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS CARVOEIRO / VOUGA – O Sr. Presidente e os Srs. Vereadores Jorge Henrique e João Carlos Gomes Clemente. -

----- **EDUCAÇÃO** -----

----- **NATAL 2009 – ENFEITE DE ROTUNDAS E ESPAÇOS AJARDINADOS DO CONCELHO DE ÁGUEDA** -----

----- Prossequindo os trabalhos a Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o programa de enfeite de rotundas e espaços ajardinados de Águeda, por ocasião do Natal, pelas escolas e jardins-de-infância do concelho, mediante a atribuição de um apoio de 100,00 € a cada estabelecimento escolar concorrente. -----

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- **RECEPÇÃO DEFINITIVA DE OBRAS** -----

----- Vistoriada a totalidade das obras e verificando-se que as mesmas se encontram concluídas e na devida ordem, não havendo nenhuma observação a fazer, uma vez que não apresenta deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou de falta de solidez pelas quais se deva responsabilizar as firmas adjudicatárias, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber definitivamente as empreitadas a seguir mencionadas e proceder à restituição de todos os depósitos de garantia e diligenciar a extinção de outras eventuais cauções, nos termos do disposto no artigo 229º do Decreto-Lei nº 59/99, de 02 de Março: -----

----- **ROSAS CONSTRUTORES, LDA.** -----

----- Repavimentação da estrada desde o IC2 – Almas da Areosa – 1ª fase – a) troço da Blococer; b) troço da Guialmi e Alcupel. -----

----- **SANEOBRA, S.A.** -----

----- Passeios – Rua do Cemitério de S. Martinho até às Alminhas da Areia.

----- **CONSTRUTORA PAULISTA, LDA.** -----

----- Rectificação e pavimentação da Rua das Quintas. -----

----- Rede de Saneamento na Zona de beneficiação da Estrada Nacional 1

pelo IEP – Sector Norte e Sul do Concelho. -----

----- CABRAL & FILHOS, S.A. -----

----- Rede colectora de águas residuais do sector norte – Rede de Alimentação à ETAR-NORTE/Bacia 1, Freguesias de Trofa e de Valongo do Vouga. -----

----- Substituição da rede de abastecimento de água na Aguieira, Freguesia de Valongo do Vouga. -----

----- Execução da rede de abastecimento de água na Aguieira. -----

----- JOÃO DOS SANTOS & COELHO, LDª -----

----- Execução do ramal MT de Vale Domingos (Iluminação de espaços públicos, jardins logradouros e edifícios municipais). -----

----- URBIPLANTEC, LDA. -----

----- Pavimentação e betuminoso da Rua das Sobreiras (Alto do Giestal) – Freguesia de Lamas do Vouga. -----

----- **PRORROGAÇÃO DE PRAZO** -----

----- Apreciado o parecer técnico emitido, a Câmara deliberou, por unanimidade autorizar a prorrogação de prazo da obra de Pavimentação da Rua do Apeadeiro, em Valongo do Vouga, por um prazo de 15 dias. -----

----- **TRABALHOS A MAIS E TRABALHOS A MENOS** -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a realização, na obra de Reconversão de Passeios e Estacionamento na Rua 25 de Abril, entre o Campolinho e a Capela, na Mourisca, de Trabalhos a Mais no valor de 13.867,00 e Trabalhos a Menos no valor de 6.495,40€. -----

----- **ASSUNTOS URGENTES** -----

----- Atendendo aos prazos estabelecidos para envio dos processos ao Tribunal de Contas para visto, e de acordo com a proposta constante na informação Técnica nº 43/2009, da Divisão de Concepção e Execução, propõe-se ao Executivo Municipal, nos termos do disposto na artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, que reconhecendo a urgência, delibere aprovar o mapa de Trabalhos a Mais e Trabalhos a Menos nº 1, de acordo com o descrito na referida informação, no que concerne ao Contrato de Empreitada de “Açude no Rio Águeda – Freguesia de Águeda”, celebrado entre o Município de Águeda e a Sociedade Oliveiras, S.A. , em 24 de Junho de 2009, e a Minuta do Contrato Adicional, de acordo com o disposto no artigo 116º do Decreto – Lei

nº 59/99, de 2 de Março. -----

----- **MINUTA**-----

----- **CONTRATO ADICIONAL CONTRATO DE EMPREITADA DE “AÇUDE NO RIO ÁGUEDA – FREGUESIA DE ÁGUEDA”, CELEBRADO COM A SOCIEDADE OLIVEIRAS, SOCIEDADE ANÓNIMA** -----

----- Aos \_\_\_\_ dias, do mês de \_\_\_\_\_, do ano dois mil e nove, nesta Cidade de Águeda, Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Ana Palmira Gaspar Albino de Campos Cruz, Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, da Câmara Municipal de Águeda, em regime de substituição, servindo de Oficial Pública, compareceram como outorgantes: -----

----- **PRIMEIRO OUTORGANTE – Município de Águeda**, aqui representado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida, natural e residente na Freguesia de Macinhata do Vouga, Concelho de Águeda. -----

----- **SEGUNDA OUTORGANTE – Oliveiras, S.A.**, com sede em Santo Antão, Freguesia e Concelho da Batalha, pessoa colectiva número 501157344, representada, neste acto, pelo seu representante legal, com poderes para o acto, conforme procuração cuja cópia autenticada se anexa ao presente contrato para todos os devidos e legais efeitos, o Excelentíssimo Senhor Carlos da Silva Oliveira, natural da Freguesia e Concelho da Batalha, residente na Freguesia de Azóia, Concelho de Leiria, titular do Bilhete de Identidade número 4253579, emitido em 21 de Outubro de 2005 pelos Serviços de Identificação Civil de Leiria e Contribuinte número 137162715. -----

----- E pelo Primeiro Outorgante foi dito que: -----

----- **Alínea a)** De acordo com o deliberado na reunião do Executivo Municipal, realizada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009, com fundamento na proposta constante na Informação Técnica n.º 43/2009, da Divisão de Concepção e Execução, nos termos do disposto no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, foi aprovado o mapa de Trabalhos a Mais e Trabalhos a Menos n.º 1, de acordo com o descrito na referida informação, no que concerne ao Contrato de Empreitada de “Açude no Rio Águeda – Freguesia de Águeda”, celebrado entre o Município da Águeda e a Sociedade **Oliveiras, S.A.**, em 24 de Junho de 2009. -----

----- **Alínea b)** Dos cálculos aritméticos efectuados, ao mapa de trabalhos a mais e a menos, melhor descritos a págs. 2 da citada informação n.º 43/2009, e de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 166.º e no n.º 4 do artigo 31.º, ambos do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, resulta como encargo adicional a suportar pelo Primeiro

Outorgante a quantia de **€72.924,38 (setenta e dois mil novecentos e vinte e quatros euros e trinta e oito cêntimos)**, valor ao qual será adicionado o IVA. -----

----- **Alínea c)** a minuta do presente contrato foi aprovada, nos termos do artigo 116.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, por deliberação de câmara tomada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009. -----

----- **Alínea d)** Que foi apresentada nesta data, como caução, a Garantia Bancária n.º 980154004729, emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., em 18 de Novembro de 2009, no valor de € 7.292,44 (sete mil duzentos e noventa e dois euros e quarenta e quatro cêntimos). -----

----- **Alínea e)** - a obra a que se refere a empreitada em causa consta do Plano Plurianual de Investimentos, devidamente aprovado pela Assembleia Municipal e encontra-se verba inscrita em Orçamento, com a seguinte classificação: 0102/07.01.04.99/2007.I.26. -----

----- Por sua vez, pela Segunda Outorgante foi dito que: -----

----- **Primeiro** – aceita este Contrato Adicional ao Contrato de Empreitada, mencionado na alínea a). -----

----- Assim o disseram e outorgaram. -----

----- Documentos que instruem este contrato: -----

----- Fotocópia do Contrato Inicial, cópia da Deliberação do Executivo Municipal, Garantia Bancária, Certidão Permanente, Certidão de Situação Tributária Regularizada, Declaração de Situação Comprovativa da Segurança Social e Documento respeitante ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas. -----

----- O presente Contrato Adicional foi lido aos representantes dos outorgantes, na presença simultânea dos mesmos, a quem foi explicado o seu conteúdo e efeitos, depois do que vai ser assinada por todos e por mim, Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, servindo de Oficial Pública. -----

----- Primeiro outorgante isento de imposto do selo, de acordo com a alínea a) do artigo 6.º do Código do Imposto do Selo; Imposto do selo previsto na verba 8 da Tabela Geral a cargo do segundo outorgante, no montante de € 5,00. -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques e Brito Salvador e a abstenção da Sr.ª Vereadora Carla Jacinta, aprovar o proposto. -----

----- **EDUCAÇÃO** -----

----- **PROPOSTAS DE PROTOCOLOS** -----



----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, depois de os analisar, aprovar os Protocolos a celebrar com o Centro de Apoio Social e Animação de Segadães – C.A.S.A.S. e com a Liga de Amigos de Aguada de Cima, com vista ao transporte de alunos portadores de deficiência ou com necessidades educativas especiais do Concelho de Águeda e outros alunos que forem indicados pela Câmara Municipal. -----

----- **FUNDOS DE MANEIO PERMANENTE** -----

----- **SUA CONSTITUIÇÃO** -----

----- A seguir, a Câmara deliberou, por unanimidade, constituir os seguintes Fundos de Maneio Permanentes, destinados a fazer face a despesas correntes urgentes e inadiáveis dos respectivos sectores municipais, cuja gestão será assegurada pelos responsáveis directos de cada um dos serviços identificados, que poderão autorizar despesas até aquele montante: -----

----- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO – 1.000,00€; ---

----- PISCINAS MUNICIPAIS – 250,00€; -----

----- BIBLIOTECA MUNICIPAL – 250,00€ -----

----- ARMAZÉNS MUNICIPAIS – 500,00€ -----

----- FÓRUM MUNICIPAL DA JUVENTUDE – 125,00€ -----

----- **RECEITAS MUNICIPAIS** -----

----- Seguidamente foram ouvidas as explicações prestadas pelo Sr. Vice-Presidente e analisadas, pormenorizadamente, cada uma das seguintes propostas, tendo sido tomadas as respectivas deliberações: -----

----- **TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM** -----

----- De acordo com o artigo 106º da Lei 5/2004, de 10 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei 176/2007, de 8 de Maio, Lei 35/2008, de 28 de Junho, Decreto-Lei 123/2009, de 21 de Maio e Decreto-Lei 258/2009, de 25 de Setembro, os municípios podem estabelecer uma taxa pela passagem e atravessamento do domínio público e privado municipal, por sistemas, equipamentos e demais recursos destinados ao estabelecimento de redes de comunicações electrónicas. -----

----- Esta taxa municipal por direitos de passagem (TMDP) é aprovada anualmente para o que lhe segue e não pode ultrapassar o percentual de 0,25%. A taxa será aplicada a cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas aos clientes finais

do município. -----

----- De acordo com a lei, compete à Assembleia Municipal estabelecer e fixar os quantitativos das taxas municipais, devendo a Câmara Municipal apresentar as suas propostas. -----

----- Nestes termos e de acordo com a alínea a) do nº 6 do artigo 64º e a alínea e) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho ao executivo municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em **0,25%** para o próximo ano de 2010. -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta proposta. -----

----- **TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS** -----

----- “O n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) dispõe que compete à Assembleia Municipal fixar a taxa do imposto sobre prédios urbanos e prédios urbanos avaliados já segundo os critérios determinados neste código, dentro dos intervalos aí previstos, respectivamente de 0,4 % a 0,7 % e 0,2 % a 0,4 %. -----

----- De acordo com a alínea a) do nº 6 do artigo 64º e a alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deve o executivo municipal propor à Assembleia as taxas do imposto a aplicar. -----

----- Nestes termos e atendendo aos crescentes níveis de responsabilização autárquica perante os munícipes e o necessário reforço da capacidade financeira do Município, propõe-se à Câmara Municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar no próximo ano de 2010: -----

----- **Prédios urbanos: 0,7 %;** -----

----- **Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,4 %.”**-----

----- A propósito deste assunto os Srs. Vereadores Brito Salvador, Carla Jacinta e Manuel Marques, apresentarem uma proposta no sentido de se aprovarem para o imposto em causa as seguintes taxas: -----

----- Para os prédios situados no centro de Águeda – 0.6% -----

----- Para os prédios situados na zona limítrofe de Águeda 0,5%. -----

----- Para os prédios situados nas Freguesias de Belazaima do Chão, Macieira de Alcôba, Agadão, Castanheira do Vouga e Préstimo – 0,4%. -----

----- Para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,3%. -----

----- E para os prédios cujos proprietários estejam desempregados, a isenção do pagamento deste imposto. -----

----- Posta a 1ª proposta a votação, verificou-se que a mesma foi aprovada, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques, Carla Jacinta e Brito Salvador, tendo o Sr. Vice-Presidente feito uso do seu voto de qualidade. -----

----- Relativamente a este assunto, os Srs. Vereadores que votaram contra a aprovação da presente proposta, fizeram a seguinte declaração de voto: ----

----- “Votamos contra por entendermos que, face à crise em que vivemos, o Executivo devia contribuir para a diminuição dos encargos das famílias, tendo em conta as dificuldades de quem perdeu o emprego e tem crédito à habitação, ficando estes com elevados encargos para pagar. O Executivo deveria olhar, também, para algumas freguesias mais distantes de Águeda, como sendo Belazaima do Chão, Macieira de Alcôba, Agadão, Castanheira do Vouga e Préstimo, dado que estas se encontram longe dos equipamentos públicos e administrativos de que precisam no seu dia a dia, pelo que entendemos que a proposta que apresentamos é mais justa do que a apresentada pela Câmara, que foi aprovada”. -----

----- A propósito da Declaração de Voto apresentada o Sr. Vice-Presidente disse o seguinte: -----

----- “ Todos gostaríamos de poder baixar os impostos, mas é evidente que não é em sede de IMI, que se faz política social.-----

----- Ao baixar as taxas de imposto, baixamos para quem tem dificuldades e para quem pode pagar.-----

----- É importante, isso sim, fazer um uso adequado dos dinheiros públicos, tendo as preocupações sociais na primeira linha das preocupações da Câmara.-----

----- Relativamente à discriminação do imposto por zonas geográficas, é evidente que um prédio em Macieira de Alcôba é menos valioso do que outro

idêntico, situado em Águeda.-----

----- No entanto, só por desconhecimento do concelho se pode fazer uma proposta destas, senão veriam, por exemplo, que o lugar do Junqueiro, na Freguesia do Préstimo, está muito melhor localizado e muito mais próximo do que, por exemplo, a Cadaveira, na freguesia de Valongo do Vouga ou a Alombada na Freguesia de Macinhata do Vouga.”-----

#### ----- **MAJORAÇÃO DO IMI APLICÁVEL A PRÉDIOS URBANOS DEGRADADOS** -----

----- “O n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) dispõe que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30 % a taxa do imposto municipal sobre imóveis aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. -----

----- De acordo com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e a alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deve o executivo municipal propor à Assembleia a majoração da taxa do imposto a aplicar. -----

----- Nestes termos, e considerando a necessidade de combater a desertificação dos centros urbanos e de evitar a sua degradação, propõe-se à Câmara Municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a **majoração da taxa do imposto municipal sobre prédios urbanos degradados, sitos na zona histórica da cidade, em 30 %**, para vigorar no próximo ano de 2010.” -----

----- O Executivo Deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.

----- Antes de se passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos o Sr. Vereador Brito Salvador fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Neste momento, sendo doze horas e trinta e cinco minutos, e tendo efectivamente necessidade de me ausentar, em virtude de ter um julgamento agendado para as treze horas e trinta minutos em Tondela, a que não posso, de forma alguma, faltar, e tendo em conta que em anterior reunião e nesta mesma, foi aqui levantado a questão de se alterar o horário das reuniões, não tendo sido dada qualquer abertura a essa questão, até este momento, sou

obrigado a ausentar-me, neste momento, motivo pelo qual não posso pronunciar-me sobre os restantes assuntos da Ordem de Trabalhos, como era da minha vontade”. -----

----- **DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO A IRC** -----

-----“O n.º 1 do artigo 14.º da Nova Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, dispõe que “os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território”. -----

----- De acordo com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e a alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deve o executivo municipal propor à Assembleia a derrama a aplicar. -----

----- Nestes termos e atendendo aos crescentes níveis de responsabilização autárquica perante os munícipes e ao necessário reforço da capacidade financeira do Município, em especial numa altura em que continuam a ser desenvolvidos grandes investimentos para dotar o Concelho com parques empresariais, propõe-se à Câmara Municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal o lançamento para o próximo ano de 2010, de uma **derrama de 1,5 %** sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. -----

----- Foi deliberado, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Marques e Carla Jacinta, aprovar a proposta em apreço. -----

----- **REGULAMENTO GERAL E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO** -----

----- **PROPOSTA DE DISCUSSÃO PÚBLICA.** -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Geral e Tabela de Taxas do Município e submetê-lo a discussão pública para que, posteriormente seja remetido para apreciação da Assembleia Municipal. -----

-----**REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E OBRAS NO ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL**-----

-----**ESTUDO DE FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICA – FINANCEIRA**-----

----- Depois de devidamente analisado a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Estudo de Fundamentação Económica - Financeira das taxas Previstas no Regulamento e Tabela de Taxas no Âmbito de Operações Urbanísticas e Obras no Espaço Público Municipal e submete-lo a discussão pública para posterior apreciação pela Assembleia Municipal. -----

-----**VICE-PRESIDÊNCIA DA CÂMARA**-----

-----**CONHECIMENTO DA DESIGNAÇÃO**-----

----- Seguidamente, a Câmara tomou conhecimento de que o Sr. Presidente designou para Vice-Presidente o Sr. Vereador Jorge Almeida, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 56º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e da delegação, no mesmo Sr. Vereador, de mais as funções de Florestas e infra-estruturas e Edifícios Municipais. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Neste período da reunião, usou da palavra o Sr. Armando Rival Fernandes, que apresentou ao Executivo a questão de pretender adjudicar uma banca para venda de peixe no Mercado Municipal e não haver nenhuma disponível, sabendo que existem vendedores que adjudicaram duas usando uma para venda e outra para lavagem do peixe. -----

----- O Sr. Vereador João Clemente comunicou ao munícipe que isso acontece mas que não contraria o respectivo Regulamento porque, efectivamente, quem adjudicou duas bancas utiliza as duas, com peixe e não com qualquer outro produto. -----

----- Eram treze horas e vinte minutos quando o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que eu, ANA PALMIRA GASPAR ALBINO DE CAMPOS CRUZ, Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, redigi, subscrevo e assino com o Sr. Vice-Presidente. -----

